



O trabalho como gesto criativo: discutindo a ressocialização através do trabalho a partir da história das Colônias Agrícolas para Alienados no Brasil

Work as a creative gesture: discussing resocialization through work based on the history of Agricultural Colonies for Alienated People in Brazil

Fernando Mello MACHADO

Programa de Pós-graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro
fmellmach@gmail.com

Daniele GOMES

Rede de Educação Básica, Secretaria Estadual de Educação RJ
danielegomess@live.com

Arthur Arruda Leal FERREIRA

Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro
arreal1965@gmail.com

Abstract. *The aim of this article is to deal with the meaning of work in the context of mental health care in the Agricultural Colonies for the Insane in Rio de Janeiro, in order to confront the core of this. Thus, we will briefly go through the context of the creation of these Colonies and their development towards the territories of Ilha do Governador and Jacarepaguá. Furthermore, we will explore the possibilities of a predominant discourse that support that work (physical, manual) in these spaces, practiced by its inmates, would have a fundamental role in the healing process, the so-called Occupational Therapy. However, we can observe at least two moments of*



the conception of the relationship between work and therapy: initially, the productive activity was understood almost as a good in itself, with no great progress in terms of the inmates' extramural quality of life. Subsequently, we will explore the opening to a wider range of symbolic possibilities concerning the subjective formation of these subjects who no longer dedicate themselves exclusively to manual and subaltern services, but engage in creative activities that leave marks in their path.

Keywords: Work. Subjectivation. Mental Health. Colonies. Rio de Janeiro.

Resumo. Pretende-se neste texto tratar da problemática do trabalho no âmbito do cuidado em saúde mental nas Colônias Agrícolas para Alienados no Rio de Janeiro, de modo a confrontar o cerne dessa que é uma das questões que lhe deram a sua razão de ser. Assim, brevemente passaremos pelo contexto de criação dessas Colônias e seus desdobramentos em direção aos territórios da Ilha do Governador e de Jacarepaguá. Veremos como havia um discurso predominante que defendia que o trabalho (físico, braçal) nesses espaços, praticado pelos seus internos, teria um papel fundamental no processo de cura, a chamada praxiterapia. Contudo, podemos observar ao menos dois momentos da concepção das relações entre labor e terapêutica: inicialmente, a atividade produtiva era compreendida quase como um bem em si, não havendo grandes progressos no tocante à qualidade de vida extramuros dos internos. Posteriormente, veremos a abertura para um leque maior de possibilidades simbólicas concernentes à formação subjetiva desses sujeitos que passam a não mais se dedicar exclusivamente a serviços manuais e subalternizados, mas se engajam em atividades criativas e que deixam marcas em seu percurso.

Palavras-chave: Trabalho. Subjetivação. Saúde Mental. Colônias. Rio de Janeiro.

Recebido: 10/10/2023 Aceito: 17/11/2023 Publicado: 20/12/2023

DOI:10.51919/revista_sh.v1i0.423

1. O trabalho visto à luz da experiência da Saúde Mental nos asilos e colônias



Frase impressa no portão de entrada da Colônia Juliano Moreira. “O trabalho a tudo vence” ou “A prática tudo vence” - Virgílio.

1.1. As colônias pensadas como espaços terapêuticos laborais

O presente texto busca explorar o processo de constituição das Colônias Agrícolas para Alienados no Rio de Janeiro, problematizando as associações feitas entre a prática de trabalho e sua inflexão no tratamento da saúde mental. O labor, tal como entendido na praxiterapia, foi muitas vezes acompanhado de um processo de subalternização de caráter dessubjetivante ao relegar ao interno a execução de atividades braçais de baixo valor social e pouco espaço para a expressão individual ou qualquer agenciamento. Isso acabou por servir mais aos propósitos de um suposto discurso de cura e a uma “ocupoterapia” do que à ressocialização e ao preparo para a vida extramuros, gerando situações de cronificação e prolongamento da reclusão, o exato oposto do inicialmente ideado (DELGADO, 1991; HENDRICH 2007; VENANCIO, 2011).

Dentre os sujeitos que resistem aos processos dessubjetivantes das instituições pretensamente voltadas para os cuidados psiquiátricos, o escritor carioca Lima Barreto (1881-1922) atua de modo singular. Por mais que tenha exercido atividades braçais ao longo das suas duas internações no Hospício Nacional dos Alienados - HNA (1914 e 1918), o mesmo possuía por profissão um trabalho predominantemente “intelectual”, no duplo registro do jornalismo e da atividade literária, tendo deixado produções textuais de suas passagens pelo HNA, no Rio de Janeiro. Desse modo, dentro dos espaços asilares, Lima apresenta-se como ponto de entrecruzamento de temas variados que permeiam as práticas laborais, como: moderno e pré-moderno, braçal e cognitivo, emocional e racional, tensionando e esgarçando esses polos de atração/repulsão.

Barreto cresceu em meio a Colônia para Alienados da Ilha do Governador - uma das primeiras do gênero no Brasil - visto que seu pai, João Henriques de Lima Barreto (1881-1922), fora trabalhador na mesma, ali tendo residido já que lá ocupava importante posto em seu quadro administrativo (SCHWARCZ, 2017). Em 1889 os domínios das Colônias da Ilha do Governador começaram a ser ocupados com uma pequena população de internos egressos do Hospício Nacional. Logo tornou-se uma instituição exclusivamente voltada para homens (VENANCIO, 2011). A figura do hospício vinha sendo questionada ao redor do mundo por trazer poucos resultados no processo terapêutico da doença mental e por não dar conta da crescente demanda de internações; sendo assim, de certa maneira a instituição já via seu declínio no final do século XIX (BRANDÃO, 1886; CLAPER, 2020). Para dar conta tanto de sua inoperância quanto da falta de espaço, as Colônias surgiram como um modelo *sui generis* de compatibilização entre a liberação dos internos e a sua contenção/adaptação. Era, de todo modo, um modelo de vocação/preensão mais humanista, menos objetificante e potencialmente menos vigilante e repressor (pelo menos explicitamente, haja vista que persistiam táticas de controle dos corpos com a utilização de saberes físico-químicos e farmacológicos, além da adoção de horários prescritos para a circulação pelo espaço) (O SUBURBANO, 1900).

Entre o ano de 1889 (o nascimento das Colônias) e 1924 (traslado das Colônias da Ilha para Jacarepaguá) aparentemente não se viu quase nada desse dito “avanço” de uma perspectiva

asilar centrada no Hospício para outra que representaria um ligeiro deslocamento com relação a sua perspectiva de reclusão. De vocação agrícola duvidosa, os terrenos das Colônias eram matéria de litígio face tanto à Marinha do Brasil quanto à Igreja Católica, além de ser foco de disputa entre posseiros e grileiros. Entre a cruz e a espada, entre combates civis que iam desde coronéis até a pequenos agricultores, sobravam escassos recursos públicos e pouco apoio estatal para o “engrandecimento das Colônias”. Sendo assim, o que era para ser uma alternativa ao modelo asilar do Hospício se tornou uma extensão pouco auspiciosa do mesmo para onde eram remetidos os indivíduos identificados como casos crônicos e pouco alvissareiros.

1.2. Colônias, território e população

Curiosamente, a estruturação das Colônias é permeada, em sua efetivação, das múltiplas significações vocabulares. Por exemplo, quando buscamos no dicionário, encontramos:

co·lô·ni·a

(latim *colonia*, -ae)

nome feminino

1. Grupo de compatriotas que se estabelecem fora do seu país.
2. Povoação feita por colonos.
3. Território governado por um Estado, dito metrópole, fora das suas fronteiras geográficas.
= DOMÍNIO, POSSESSÃO
4. Reunião de pessoas num determinado lugar para uma função ou um objetivo (ex.: *colônia de férias*, *colônia penal*).
5. [Biologia] Grupo de seres vivos que vivem em comum (ex.: *colônia de abelhas*).
6. [Brasil: Sul] Grupo de casas de colonos agrícolas.
7. [Brasil:Sul] Lugar remoto habitado por agricultores ou moradores dispersos. (PRIBERAM, 2022)

Vemos que as definições apresentadas exploram aspectos relacionais dos sujeitos no e com os espaços a partir de uma polissemia sutil, em que esses podem ser tanto “compatriotas” afastados daquilo que constituem sua nação, o que de certo modo corrobora com a exclusão e distanciamento possibilitada pelas Colônias no seu âmbito asilar, quanto um aglomerado de casas, espaço agrícola, grupo que vive em comum (mas que nenhuma partilha é ressaltada), que podem ser vinculadas às iniciativas da praxiterapia e ao tratamento heterofamiliar. Dentre essas colocações há também uma que, ao enfatizar o espaço parece minimizar as tensões existentes no processo de constituição de uma colônia, mesmo que estas estejam destacadas em letras maiúsculas pelo dicionário, a saber: o domínio e a possessão. Estas são linhas que carregam

consigo um intenso peso histórico, pois a ação de tornar colônia, isto é, colonizar, ainda produz marcas profundas, seja na organização das relações e instituições sociais, nas orientações epistemológicas ou na estruturação dos modos de ser, estar e perceber o mundo. Pois, “a colonização é um sistema predatório e a violência faz parte de sua dinâmica” (NOGUERA, 2020, p.8). Nesse sentido, muitas estruturas institucionais se organizam a partir da lógica da colonização discursiva, que determinam o que é ou não digno de estar no espaço, que se pretendem enquanto detentoras da (alta) cultura, que designam o que e quem deve circular pelos equipamentos culturais, como devem se portar, ao passo que se mantêm alheias ao território em que estão inseridas e ignoram as memórias do espaço.

A colonização não atua pela destruição integral, mas pela espoliação, extração e exploração paulatina. Em uma perspectiva psicopatológica, “a colonização, mais do que um envenenamento político, é, sobretudo, uma intoxicação psíquica” (NOGUERA, 2020, p.16). Além disso, este conceito quando importado da psiquiatria européia também é utilizado para se referir ao espaço em que se agregava e confinava sujeitos indexados sob o signo da loucura, isolados da metrópole.

No caso da Colônia Juliano Moreira (CJM), localizada em Jacarepaguá, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, os múltiplos sentidos do termo “colônia” e seus rastros históricos parecem estar emaranhados. Afinal, sua fundação em 1924, nos mais de 7 mil km² da Fazenda do Engenho Novo, era orientada pela perspectiva psiquiátrica higienista e com tendências eugênicas, que, até meados do século XX, arregimentava pela prática do afastamento e isolamento daqueles que “perturbavam” a ordenação social, que eram considerados inadequados ou desviavam de determinado parâmetro de racionalidade e de moralidade, sob o discurso de controlar a degenerescência física, moral e social. Desse modo, havia uma tentativa de domar os corpos “indesejáveis” e infames, tais como os que eram tidos como doentes mentais, mendigos, alcoólatras, vadios, arruaceiros, sífilíticos, tuberculosos, “degenerados atípicos” (RESENDE, 1992). Além de pobres, delinquentes, comunistas, anarquistas, dentre outros que pretensamente apresentavam algum tipo de “alienação”, que, por vezes, tinha como alvo a população negra, mantida em claustro por longos anos (MIGUEL, 2020).

Em virtude disso, é importante a reflexão de que o espaço institucional nesse e em outros casos não é carente de valências e significações: ele demarca hierarquias, produz possibilidades limitadas de interação, restringe, cerceia, representa sempre um enquadramento específico da realidade. No final do século XIX no HNA isso se expressava na distribuição dos corpos que se dava em função do sexo, da classe (havia três classes de pensionistas além da de indigentes que correspondia a aproximadamente metade do total) e marcadores comportamentais baseados em critérios de agito ou mansidão (BRANDÃO, 1886; SOUZA, 1888; MOREIRA, 1909; GONÇALVES e EDLER, 2009).

2. O isolamento compreendido com heterotopia: “outros espaços” e “espaços outros”

2.1 As Colônias como heterotopias de desvio

Por mais que sejam traçados caminhos de concepção do espaço e seleção dos sujeitos que por eles vão transitar, é possível abrir e percorrer caminhos outros. Foucault (2013a) caracteriza os asilos de atendimentos mentais enquanto heterotopias de desvio, ou seja, seriam espaços outros, diversos dos espaços corriqueiros, forjados nas bordas do civilizado, do viável socialmente, do operacional, do funcional, da norma. O autor define essa modalidade de heterotopias como “aquelas nas quais os indivíduos, cujos comportamentos são desviantes em relação às normas ou média necessárias [sic], são colocados” (2013a, s.p.).

Ademais, a heterotopia também é a sobreposição de espaços aparentemente inconciliáveis. Sendo assim, por mais que as Colônias se instituem enquanto um espaço asilar, isto é, um lugar social, por vezes, à margem ou periférico destinado a sujeitos com comportamentos que diferem das normas estabelecidas (FOUCAULT, 2013a; 2013) é possível criar temporalidades e ocupações outras. Por exemplo, conforme citado anteriormente, temos Lima Barreto que mesmo sob um diagnóstico médico, mantinha-se (cri)ativo, realizando seu processo de escrita. Assim ele instaura um espaço outro, uma heterotopia, dentro de uma das acepções possíveis do termo.

Isto porque, com tal gesto ele desvia dos enunciados restritivos e predeterminantes enquanto potencializa, de certo modo, os acontecimentos decorrentes das interações nesse espaço, construindo um não lugar de poder (FOUCAULT, 2013), transformando, se alterizando, seja por meio de seu eu lírico, seja pelo afastamento da posição de debilidade decorrente do diagnóstico referente às suas capacidades mentais e cognitivas.

Espaços outros denotam uma diferença que não se resume a um negativo dos espaços habituais do trabalho, da moradia e do lazer, uma vez que não se apoiam necessariamente neles, embora, a eles se remetam. As heterotopias de desvio são locais onde se esboçam experiências de alterização mediadas por um aparato institucional; se a alterização mais radical possível seria o correspondente da completa alienação, lá onde não há identificação possível, fora da cadeia do Mesmo, no domínio absoluto do Outro (FOUCAULT, 1999), as heterotopias de desvio são como que contraespaços, são espaços institucionais que se justapõem aos demais, um local de exclusão que, contudo, se pretende em tese acolher o estranho, o diferente, o excluído.

O isolamento compreendido como heterotopia (FOUCAULT, 2013a; 2013b) rompe com dicotomias como dentro e fora, público e privado. Ou seja, um lugar (topos), outro (hetero), diferente do que está estabelecido e do que poderia ser pensado até então, no qual os emergentes modos de existir tecem novas realidades. Cabe notar a sutil diferença entre “outro espaço” e “espaço outro”. A primeira expressão parte do Um tomado como parâmetro e

qualquer alteridade é categorizada a partir dele. Já o segundo modo de expor, enfatiza o substantivo “espaço” por meio da adjetivação subsequente, dando-lhe a acepção de uma experiência com o local preñe de qualidades, sentidos e nuances; essa troca de ordem nas palavras pretende retirar a ideia de um referente que estabeleça um parâmetro anterior. Nas palavras de Foucault (2013b):

Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metrô; há regiões abertas de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis e há regiões fechadas do repouso e da moradia. Ora, entre todos esses lugares que se distinguem uns dos outros, há os que são absolutamente diferentes: lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como que contraespaços. [...] Pois bem, sonho com uma ciência - digo mesmo uma ciência - que teria por objeto esses espaços diferentes, esses outros lugares, essas contestações míticas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência não estudaria as utopias, pois é preciso reservar esse nome para o que verdadeiramente não tem lugar algum, mas as hetero-topias, espaços absolutamente outros (p.19-21).

Logo, contrariamente às utopias, que se efetivam no âmbito idealizado e imaginário, as heterotopias dizem respeito a experiências concretas com o espaço e não se passam fora do tempo, dos atritos e dos embates cotidianos. No âmbito do alienismo de fins do século XIX do qual fazia parte Teixeira Brandão (1886), a discussão sobre espaços não era nada abstrata visto que a falta de recintos consistia no principal problema enfrentado pela Assistência para a manutenção do regime de internação. A demanda pelos serviços do hospício público era muito maior do que a oferta de vagas. Embora esteja longe de ser a única fonte a dar conta dessa informação, Brandão (1886) irá se tornar uma das principais vozes ativas de sua geração, contribuindo em muito para a narrativa mais difundida no campo da história do alienismo. Seu discurso será retomado posteriormente, por exemplo, por Juliano Moreira que herdará seu apreço pela ideia das Colônias Agrícolas (MOREIRA, 2011). Por sua vez, a referência à Moreira dominará a paisagem discursiva da historiografia dentro da perspectiva de um resgate das origens da psiquiatria no Brasil, sobretudo em uma linhagem crítica, reformista e modernizadora.

Cabe notar que as Colônias emergem dentro do contexto da psiquiatria brasileira como um espaço terapêutico alternativo voltado para os chamados alienados, frente aos casos de maus tratos e enclausuramento excessivo percebidos nos manicômios. A superlotação da Seção Pinel do Hospício Nacional de Alienados, também colaborou para que houvesse outro espaço para abrigar os internos. Seu surgimento tem como cerne agrupar sujeitos que tivessem em comum o signo de serem indesejados socialmente, mas que, neste território pudessem ter possíveis condições de trabalho e de tratamento, voltado para os estados mentais e, algum conforto, tal qual defendido pelo Dr. Juliano Moreira (MOREIRA, 2011).

2.2. Bases heterotópicas de um novo povoado psiquiátrico

Ainda que não fosse o primeiro, o médico Juliano Moreira fora um grande defensor do modelo das Colônias, chegando a argumentar em favor de um tipo diferente de Colônia para quase todas as doenças nervosas ou infecciosas importantes no período. Seu entusiasmo esbarrava nos limites da realidade. Os sucessivos governos do regime republicano deram-lhe os meios práticos para realizar parte - ínfima - mas ainda assim importante de sua militância. Foi desse modo que Jacarepaguá se tornou o novo horizonte curativo moderno para os ditos doentes mentais, na medida que os avanços civilizatórios permitiam desbravar essa parte do “sertão” carioca. O trem a vapor, o automóvel, os telégrafos e, dentro em breve, a psicocirurgia e logo mais a psicofarmacologia (VENANCIO, 2011; SCHWARCZ, 2017; VENANCIO; POTENGY, 2015).

Dentre as apostas práticas e epistêmicas do Dr. Juliano Moreira estava a derrubada dos muros das instituições asilares e a promoção do convívio entre internos e funcionários como ação terapêutica (MOREIRA, 1905). Para tanto, as perspectivas vigentes precisavam ser deslocadas, “(...) primeiro era preciso tratar a própria instituição para depois tratar seus pacientes” (KHALFA, 2020). O que podemos dizer que aconteceu, de certo modo, apenas alguns anos depois, na década de 1980, com a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial, que se pautavam pelo entendimento de que, a condição de isolamento poderia cronificar os casos (KHALFA, 2020; FANON, 2020; AMARANTE, 2000). Daí a importância de minimizar as iniciativas de internação e estrutura coercitiva, ócio forçado e de rotina (KHALFA, 2020), ao passo que não se mantém vínculos exteriores, pois as situações conflitivas ou atitudes neuróticas não desapareceriam de modo abrupto, por isso, o encontro com práticas terapêuticas no meio social, na “tentativa de propiciar o desprendimento da atmosfera de segurança aparente que a existência do manicômio confere” (FANON, 2020, p.63) seria uma possibilidade de lidar de outro modo com os sujeitos acometidos por desvarios.

No modelo antigo de hospital psiquiátrico, subtraía-se o paciente de seu ambiente conflitivo e muito amiúde se tinha a impressão de um desaparecimento súbito dos sintomas neuróticos, logo que as portas do manicômio se fechavam atrás dele. Era nesse sentido que se podia dizer que a internação provocava uma distensão. (...) O manicômio envolvia o paciente num manto protetor, porém era uma falsa proteção, pois favorecia a letargia do paciente, essa espécie de sono acordado durante o qual ele levava uma vida vegetativa. E a atenção do médico era dirigida unicamente às perturbações do comportamento do paciente, oriundas, no mais das vezes, das condições de vida no âmbito manicomial. (FANON, 2020, p.62-63)

Além dessas questões que não estavam ainda inteiramente claras para os especialistas da época, embora tenham sido levantadas por indivíduos inseridos nessa rede como Lima Barreto, havia problemas estruturais de base que impediam a mera fixação e bem estar dos habitantes desses novos espaços terapêuticos que eram as Colônias. A proliferação de relatos de adversidades nas Colônias São Bento e Conde de Mesquita na Ilha do Governador tais como a ausência de condições sanitárias adequadas, devido à falta de qualidade da água dos poços utilizados, foram

elementos que dificultaram a alocação deste modelo de Colônia Agrícola enquanto espaço terapêutico; ao passo que o Hospício Nacional recebia pensionistas e sua localização, na área “urbana” do bairro da Urca, na zona sul da cidade, além de se voltar para um público pagante, não era profícua para o desenvolvimento da praxiterapia agrícola. Sendo assim,

Homens e animais atravessaram mar e terra, chacoalhados de baldeação em baldeação, para fundar um povoado psiquiátrico fora do raio de visão burguês. Antes, era uma bela área verde habitada apenas por hordas de urubus. A convidativa paisagem, contudo, não compensaria a insanidade da empreitada (HIDALGO, 2011, p.25).

3. Colônias de Jacarepaguá como novo dispositivo

3.1- A constante busca pela fuga do espectro manicomial

Paralelamente às perspectivas mais sinistras de um espectro manicomial que acabou pairando sobre os destinos históricos dessas instituições, a ideia de uma Colônia agrícola buscava a recuperação pela ressocialização e esse processo seria intermediado pelo labor, sendo este vinculado tanto a trabalhos agrícolas braçais, quanto com um viés mais “produtivo” socialmente, como as oficinas de vime e de vassouraria. A questão central permanece mesmo para um núcleo de pesquisa contemporâneo como o NUPSO (Núcleo de Pesquisa em Psiquiatria Social) em relatório de 1991, a instituição atuante na Colônia Juliano Moreira se indaga: “o trabalho reabilita?” (DELGADO, 1991).

O lema em latim do poeta romano Virgílio, que está presente na entrada da CJM, apregoando que o trabalho ou a prática a tudo vence, indica a ideologia na qual a instituição fora concebida e o propósito reabilitador para o qual se acreditava vocacionada. Porém, com o tempo, a maneira como essa noção se traduziu nas práticas, arrastou vícios que acarretaram na manutenção da cronicidade dos internos que não encontraram meios de se estabelecerem na vida “extramuros”, visto, dentre outros fatores, que não houve conjuntamente um trabalho educador junto a sociedade no sentido de cultivar o acolhimento, a compreensão e a convivência com a diferença.

Contemporaneamente, o entendimento vem sendo de que é a sociedade que deve estar preparada para a inclusão do indivíduo com transtornos mentais e não este que deve se “adaptar” ao meio social. A mitologia por detrás do estabelecimento das Colônias Agrícolas como instrumentos terapêuticos captura perfeitamente essa noção, já que ali o tecido social absorvia os ditos loucos em sua diferença, tornando funcionais as relações comunitárias, não subjugando uns em relações aos outros ou sobrepondo uma verdade científica à uma experiência trágica (FOUCAULT, 2017), mas atuando por meio da cooperação (como ocorria na comunidade de Gheel, na Bélgica)¹.

¹ Para mais ver AMARANTE (1982).

3.2- O trabalho manual entendido como “remédio para os nervos” e sua contraparte criativa

No período de gestação das primeiras colônias da Ilha do Governador uma crítica corrente ao serviço dos asilos era a evidente ociosidade dos reclusos. Durante o século XIX, o trabalho assalariado era muito incipiente, haja vista os lastros da escravidão. Assim, pouco havia acerca de uma ética do trabalho, sendo essa instalada anos depois, com a chegada do contingente imigratório europeu, que veio ao país para atuar como mão de obra na agricultura, por exemplo (FAUSTO, 2006). Até então, o trabalho manual era forçado e desvalorizado socialmente. Aqueles que não eram afortunados por nascer sob a esfera da influência da nobreza, da aristocracia, do achatado setor das classes médias, dos profissionais liberais, das elites do café e do açúcar, da casta dos governantes, sacerdotes e pequena burguesia eram vitimados pela potencial exploração absoluta de sua força de trabalho e pela supressão completa da sua dignidade humana. Nesse contexto, poderia não fazer muito sentido aliar a ideia de trabalho a uma perspectiva terapêutica. Contudo, foi justamente isso que as Colônias visavam trazer.

As Colônias, enquanto espaços terapêuticos, anunciam a orientação para a praxiterapia, que considerava o trabalho, dentre eles o agrícola, como um método possível para a reabilitação dos acometidos por algum sofrimento mental. Essa terapia vinha de encontro às práticas mais agressivas como eletrochoques e lobotomia, cujos efeitos eram duvidosos e destoavam das tendências emergentes da psiquiatria. Entretanto, a praxiterapia também carrega consigo contradições, haja vista que há uma linha tênue entre as práticas de convivência e a exploração da mão de obra daqueles que, por vezes, eram abandonados por familiares e marginalizados socialmente. Nesse contexto, havia a orientação para que esses sujeitos capinassem o terreno e executassem outros afazeres, majoritariamente trabalhos braçais, como registrado em algumas fotografias presentes nos acervos institucionais. Além disso, havia a prestação de serviços domésticos exaustivos e de maneira não remunerada (HIDALGO, 2011).

Com isso, notamos a apropriação moralizada da lógica do trabalho², como se a execução de determinadas tarefas pudesse exaurir o físico e “recuperar” a razão perdida, ao passo que essa parece ser também uma punição pelo “desvio” de parâmetros normatizados socialmente e, por isso, o corpo deveria padecer até se “endireitar”, “entrar no eixo”, “tomar um prumo”. Ademais, há nesse bojo o discurso de que o sujeito que executa funções laborais seria “útil” e “produtivo”, podendo assim estar apto/adaptado ao convívio social.

No que concerne às instituições idealizadas para receber e ofertar tratamentos voltados para a saúde mental é possível perceber que a lógica do isolamento não fica restrita à circulação social, mas se expressa nos processos de orientação de subjetividades, desejos, afetos, em um

² Essa corrupção do discurso a respeito do trabalho também ocorreu para justificar a segregação promovida pelo regime nazista, tanto que na entrada do campos de concentração de Auschwitz havia a inscrição *Arbeit macht frei*, traduzido como “o trabalho liberta” (GUERINI; PETERLE, 2009).

movimento brutal de assujeitamento e alienação. Nesse transcurso a imputação de ações automatizadas do corpo, associadas aos trabalhos braçais, entra em cena.

Outrossim, parece haver uma sutil ironia nessa relação, afinal, se o trabalho pode ser considerado uma autêntica ação humana de transformação das matérias e dos espaços, de produzir, reproduzir, tecer novos e outros modos de existir, que materializam o exercício do pensamento, cabe questionar qual o “trabalho” que se impõe àqueles considerados “débeis”, “irracionais”, “insanos” dentro de um contexto que não fomenta a transformação e as potências dos sujeitos, mas sim, por vezes, os desdenha e os desumaniza, considerando-os números em uma ficha, corpos abjetos, mão de obra. O que é categorizado como doença mental é perspectivado e associado ao sofrimento correlacionado a aspectos físicos e a uma pequena saúde (NIETZSCHE, 2005), haja vista as prescrições, normatividades e considerações da passividade do corpo que apenas padece, que sofre.

Aos internos é demandado mais da força de trabalho, enquanto energia física e vital orientada para funções prescritas a serviço de terceiros, do que do trabalho enquanto ação criativa, transformadora, intelectual e intensiva.

Nesse sentido, o trabalho não era proposto enquanto uma atividade produtiva, mas uma mera ocupação que pretensamente poderia dignificar aquele que o executasse, pois o elemento econômico sobressaía e as atividades que seriam propostas estavam ligadas diretamente à produção e à sustentabilidade de um modelo socioeconômico das próprias instituições que faziam o acolhimento. A criação de gêneros que pudessem ou não ser aproveitados no cotidiano das Colônias ou comercializados buscava viabilizar financeiramente projetos signatários do trabalho terapêutico (SOUZA, 1888; BRANDÃO, 1891;1982) .

Inserir o trabalho dentro da rede de cuidado significava assim unir o útil ao eficaz senão o útil ao “agradável” visto que o trabalho numa ambiência rural era propagandeado como uma atividade provedora de paz e reequilíbrio, agradável, portanto (CLAPER, 2020).

Essas relações entre internos e ambiência asilar no seio das Colônias se viu frequentemente tensionada e logo observou-se uma relação de subalternização ou mesmo exploração de uma força de trabalho sempre voltada para atividades manuais ou braçais, onde “em nome da ‘praxiterapia’ o alienado é [era] obrigado a trabalhar para a manutenção do asilo (...) A cronificação é [seria] inevitável.” (DELGADO, 1991) . Por outro lado, a crítica a esse modelo poderá servir ao empoderamento desses sujeitos então institucionalizados, proporcionando-lhes ferramentas para uma vida (comunitária em certo sentido) mais plena e funcional.

4. Considerações ou deslocamentos acerca do trabalho enquanto gesto criativo

Os parâmetros de saúde mental majoritariamente aceitos tentam averiguar se um indivíduo é ou não funcional na esfera privada e em suas relações interpessoais, se provê o próprio sustento, se

é imputável, se é legalmente e economicamente capaz (WHO, 2022). Ademais, estar ou não exercendo um trabalho remunerado, ter um vínculo de emprego bem estabelecido, boas relações com colegas e chefes, são fatores entendidos como essenciais para uma existência considerada “bem sucedida” no plano psicossocial. Consoante a isso, o pleno emprego é índice de bem estar social, ao passo que o desemprego, a miséria e a inflação são elementos de desagregação e implosão subjetiva. Esses são critérios tacitamente aceitos e sancionados pela ONU através da Organização Mundial de Saúde, pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (UNP, 2022). Sendo assim, poderíamos nos perguntar até onde pode ir a reflexão do trabalho no presente e no passado se correlacionada com o debate da saúde mental? Isto porque, a falta ou a incapacidade de trabalho entendida como fator de adoecimento por um lado e o sentimento de incapacidade, isolamento e de inadequação que podem acompanhar a desocupação por um outro são frequentemente compreendidos como gatilhos para enfermidades.

Na alçada da terapêutica e dos cuidados com a saúde mental temos muitos deslocamentos. Se outrora a praxiterapia era tida como um meio de possibilidade de funcionalidade social e quiçá, cura, após os ganhos da luta antimanicomial e da reforma psiquiátrica, entram em cena práticas de terapia ocupacional em que as artes ganham espaço, não só como meio de expressão, mas também como um modo de reposicionamento social, fazendo com que seus criadores sejam reconhecidos enquanto autores, artistas (FILHO; LEMOS, 2012; LUCHMANN; RODRIGUES, 2007) . Assim, aqueles que eram tidos como loucos e incapazes, passam não só a ganhar um outro status social, mas sim têm o reconhecimento enquanto agentes, seres críticos. Desse modo, o espaço de asilamento é recomposto, ao passo que esses sujeitos (re)compõem a si, se alterizam.

Mas esse não é o único caminho possível, pois há aqueles como Lima Barreto, em que a ação de trabalhar é um fazer que não é compreendido estritamente enquanto uma prática curativa, mas uma maneira de se afirmar, se potencializar em um cenário de dessubjetivação. Sendo assim, um trabalho (cri)ativo, em que quem o faz é agente de sua própria narrativa.

Destarte, ressaltamos a expansão das concepções que se podem ter acerca do trabalho, deslocando-as do entendimento de uma atividade produtiva do ponto de vista unicamente econômico para o terreno mais amplo e intangível da formação de subjetividades e transformação de si e do mundo. Difícil de mensurar, essa dimensão não se opõe aos critérios tradicionais de definição do bem estar subjetivo, mas contribui para que se amplifiquem e explorem maneiras possíveis de ser e estar no mundo quando os limites da normalidade são colocados em questão pelos parâmetros da saúde mental.

Financiamento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- AMARANTE, Paulo. *Psiquiatria social e colônias de alienados no Brasil, 1830-1920. Dissertação (Mestrado)* - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1982.
- AMARANTE, Paulo. *Asilos, alienados e alienistas. In: Psiquiatria social e reforma psiquiátrica.* Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1994.
- AMARANTE, Paulo (Coord.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- BRANDÃO, Teixeira. (1886). Os alienados no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria.* Rio de Janeiro, n. 2, p. 60-101, 1956.
- BRANDÃO, João Carlos T. *Relatório da Assistência Médico-legal de Alienados apresentado a sua Excelência o Sr. Fernando Lobo Leite Pereira Ministro de Estado de Negócios Interior.* Rio de Janeiro, p.3-39, 1891,1892. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/> . Acesso em 02 mar.2017.
- CLAPER, Jeanine Ribeiro. *Colônia agrícola para alienados no Rio de Janeiro (1890-1924): discursos, projetos e práticas na assistência ao alienado. Tese de Doutorado.* Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2020.
- DELGADO, Pedro (Coord.). *O Asilo e a questão de um novo modelo para a assistência psiquiátrica pública no Brasil: o caso da Colônia Juliano Moreira.* Relatório de Pesquisa. NUPSO. (1991).
- EDLER e GONÇALVES. Os caminhos da loucura na Corte Imperial: um embate historiográfico acerca do funcionamento do Hospício Pedro II de 1850 a 1889. *História da Psiquiatria. Rev. latinoam. psicopatol. fundam.* 12 (2). Jun 2009.
- FANON, Frantz. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos.* São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil.* São Paulo: EDUSP, 2006.
- FILHO, Kleber Prado; LEMOS, Flavia Cristina Silveira. Uma breve cartografia da luta antimanicomial no Brasil. *In: Contemporânea.* ISSN: 2236-532X v. 2, n. 1 p. 45-63 Jan.–Jun. 2012.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura na idade clássica.* São Paulo: Perspectiva, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico e as heterotopias.* São Paulo: n-1 Edições, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Dos outros espaços. Estudos Avançados.* v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências humanas.* São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.
- GUERINI, Andreia; PETERLE, Patricia. O Trabalho: chave para a liberdade. In: *Alea.* v. 11 n.1 Janeiro-Junho 2009. p.188-192. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2009000100015>
- HEINDRICH, Andréa. *Reforma Psiquiátrica à brasileira: análise sob a perspectiva da desinstitucionalização.* Porto Alegre: PUC-RS, 2007.

- HIDALGO, Luciana. **Arthur Bispo do Rosário: O senhor do labirinto**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- KHALFA, Jean. Introdução. **Fanon, psiquiatra revolucionário**. In: FANON, Frantz. *Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; RODRIGUES, Jefferson. O Movimento antimanicomial no Brasil. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(2):399-407, 2007.
- MIGUEL, Marlon. Psychiatric Power: Exclusion and Segregation in the Brazilian Mental Health System. In: **Democracy and Brazil: Collapse and Regression**, ed. By Bernardo Bianchi, Jorge Chaloub, Frieder Otto Wolf and Patricia Rangel. London: Routledge, Forthcoming, 2020.
- MOREIRA, Juliano (1905). Notícia sobre a evolução da assistência a alienados no Brasil. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 4, n.4, p.728-768, 2011.
- MOREIRA, Juliano. **Relatório- Quais os melhores meio de assistência aos alienados**. (TRABALHO DO DISPENSÁRIO MONCORVO). Quarto Congresso Médico Latino Americano, 1909.
- NIETZSCHE, Friedrich W. **A Gaia ciência**. São Paulo: Escala, 2005.
- NOGUERA, Renato. Apresentação. Fanon: uma filosofia para reexistir. In: FANON, Frantz. **Alienação e liberdade: escritos psiquiátricos**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- O SUBURBANO, 1900. **Série de artigos sobre a História das Colônias para Alienados da Ilha do Governador**. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/suburbano/821543>. Visto em março de 2023.
- PRIBERAM, Colônia. <https://dicionario.priberam.org/col%C3%B4nia>
- RESENDE, Heitor. **Política e saúde mental no Brasil: uma visão histórica**. In: *Cidadania e Loucura*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. 1ªed- São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SOUZA, José Eduardo Teixeira de. **Exame e apreciação das disposições para Assistência pública dos alienados**. Brazil – Medico, Rio de Janeiro, ano 2, v.3, janeiro a dezembro de 1888.
- VENANCIO, Ana Teresa. Da colônia agrícola ao hospital-colônia: configurações para a assistência psiquiátrica no Brasil na primeira metade do século XX. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**,v.18, supl1, dez 2011.
- VENANCIO, Ana Teresa A.; POTENGY, Gisélia Franco. (Orgs). *O Asilo e a Cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira*. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- United Nations Development Programme, UNP. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Site <https://www.undp.org/pt/brazil/idh>. Visto em junho de 2022.
- WHO **guidelines on mental health at work**, 2022. [Diretrizes da OMS sobre Saúde Mental no Trabalho, 2022](#) . Fonte: Site do Ministério Público Federal, MPF. <https://www.mpf.mp.br/pfdc/atuacao/gts-e-relatorias/saude-mental/normativas-internacionais-e-nacionais>